

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2019

(Do Sr. IDILVAN ALENCAR)

Requer informações acerca do posicionamento do Ministério da Educação em relação às manifestações de estudantes

Senhor Presidente:

1. Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com fulcro no art.50, §2º da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 115, I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação, por meio de requerimento dirigido à pasta, as informações abaixo relacionadas.

2. O Ministério da Educação emitiu uma nota, por meio de sua assessoria de comunicação, em que afirma:

*“O Ministério da Educação (MEC) esclarece que nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações.*

*Com isso, professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar. Caso a população identifique a promoção de eventos desse cunho, basta fazer a denúncia pela ouvidoria do MEC por meio do sistema e-Ouv.*

*Vale ressaltar que os servidores públicos têm a obrigatoriedade de cumprir a carga horária de trabalho, conforme os regimes jurídicos federais e estaduais e podem ter o ponto cortado em caso de*

*falta injustificada. Ou seja, os servidores não podem deixar de desempenhar suas atividades nas instituições de ensino para participarem desses movimentos.*

*Cabe destacar também que a saída de estudantes, menores de idade, no período letivo precisa de permissão prévia de pais e/ou responsáveis e que estes devem estar de acordo com a atividade a ser realizada fora do ambiente escolar.”*

3. Além da nota da Assessoria, o Ministro da Educação divulgou um vídeo em sua conta no Twitter em que afirma que o MEC está recebendo cartas e mensagens citando que professores estão coagindo os alunos a participarem de manifestações e fornece o endereço da ouvidoria do Ministério da Educação para receber denúncias neste sentido.

4. A Nota oficial e o vídeo do Ministro levantam suspeitas sobre o uso da estrutura do Ministério da Educação para perseguir alunos, professores e pais que tenham posicionamentos contrários ao governo, o que vai contra a liberdade de expressão e de reunião expressa na Constituição Federal.

5. O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, abriu o Inquérito Civil nº 1.29.000.001909/2019-20, em que dá 10 dias ao Ministério da Educação para que cancele a nota oficial e se retrate publicamente pelo cerceamento à liberdade de professores, servidores, estudantes e pais.

6. Importante ressaltar que os sistemas estaduais e municipais são independentes e que o regime é de colaboração. Não há relação de hierarquia entre o Governo Federal, os Estados e municípios.

6. Diante destes fatos, é importante que o Ministério da Educação esclareça à sociedade as medidas tomadas e os objetivos da pasta, nos questionamentos formulados abaixo:

- a) O Ministério da Educação compreende que, ao estimular denúncias no ambiente escolar e universitário, está

contribuindo para a melhoria na qualidade da educação?  
Qual melhoria?

- b) Quais evidências o Ministério da Educação possui para afirmar que alunos estão sendo coagidos? O Ministério da Educação possui alguma pesquisa com dados sobre o assunto? Se sim, solicito que encaminhe em anexo a esta resposta.
- c) Qual o fundamento legal para utilizar o sistema de Ouvidorias Públicas para estimular denúncias no âmbito escolar e universitário e promover a perseguição de pais, professores e alunos que não concordem com o governo?
- d) Os sistemas estaduais e municipais são autônomos e atuam em regime de colaboração. O Ministério da Educação está trabalhando em colaboração com Estados e Municípios quando estimula denúncias? Em quais reuniões da agenda do MEC com redes estaduais e municipais foram tratados esses temas?
- e) O estímulo a denúncias por parte de professores e estudantes das redes municipais e estaduais não representa um ataque à autonomia das redes?
- f) Qual é o tratamento dado à denúncia? Para onde são encaminhadas? Qual a providência legal a ser tomada a partir de uma denúncia? Quem tem acesso à informação? Quais as garantias existem do sigilo de informações individuais?
- g) Até o momento da resposta a este requerimento, quantas denúncias foram recebidas? Para onde foram encaminhadas? Quais ações foram tomadas em relação a cada denúncia?
- h) Quais os fundamentos legais utilizado pelo MEC para afirmar que “professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar”?

São estes os questionamentos, senhor Presidente.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado IDILVAN ALENCAR